



# TRAJETÓRIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DA MARINHA nos 200 anos da Independência do Brasil

Mariana Bairral Brito Harrison\*

**S**er um país independente significa ter identidade, cultura e diversidade reconhecidas. A independência é muito mais do que um decreto, é a representação do fortalecimento de vínculos e estabelecimento de direitos de uma sociedade efetivamente consolidada como nação.

Nesse sentido, a proclamação da Independência do Brasil foi um passo fundamental e necessário na direção da construção de uma emancipação plena e os processos sociais, políticos e econômicos vivenciados ao longo desses duzentos anos, desde a independência, essenciais para que, hoje, pudéssemos compreender

nossa estrutura social. É possível, e recomendado, dialogar sobre este processo em diferentes perspectivas e cada uma delas irá nos munir de relevantes informações para compreendermos nossa sociedade tal como ela se configura nos dias atuais.

Assim, traçando uma linha do tempo desde a Independência do Brasil até hoje, o presente artigo se propõe a compreender este processo a partir da trajetória da Assistência Social na Marinha Brasil (MB), cuja história caminha junto com a construção da sociedade brasileira, especialmente no estabelecimento das políticas públicas nacionais afetas à Assistência Social.



Fotos: Marinha do Brasil

## INDEPENDÊNCIA, CONFLITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA INTRODUÇÃO

À época do início do processo de independência, o Poder Naval figurou como elemento essencial para a manutenção da integridade territorial do Brasil e a estruturação da Marinha Imperial percorreu uma trajetória complexa, desde a incorporação dos navios portugueses deixados nos portos nacionais até a formação dos corpos de oficiais e praças.

Desde as lutas pela independência, a MB evidenciou-se como Instituição basilar para a consolidação da nação brasileira, operando de forma decisiva nos principais episódios da nossa história, como na Guerra da Tríplice Aliança e nas 1ª e 2ª Guerras Mundiais.

Essa história nos revela que é justamente nestes períodos de conflitos armados que se descortinam muitas ações de apoio e acolhimento aos mais vulneráveis, sob o escopo da Assistência Social. Em uma perspectiva contemporânea, ao observarmos o contexto de conflito instaurado na Ucrânia, em fevereiro de 2022, notamos uma diversidade de movimentos sociais tanto para acolher refugiados afetados diretamente pelos ataques quanto para apoiar outras pessoas que, mesmo distantes fisicamente da região, são indiretamente impactadas pelos efeitos colaterais da guerra. Esse movimento, em muito se

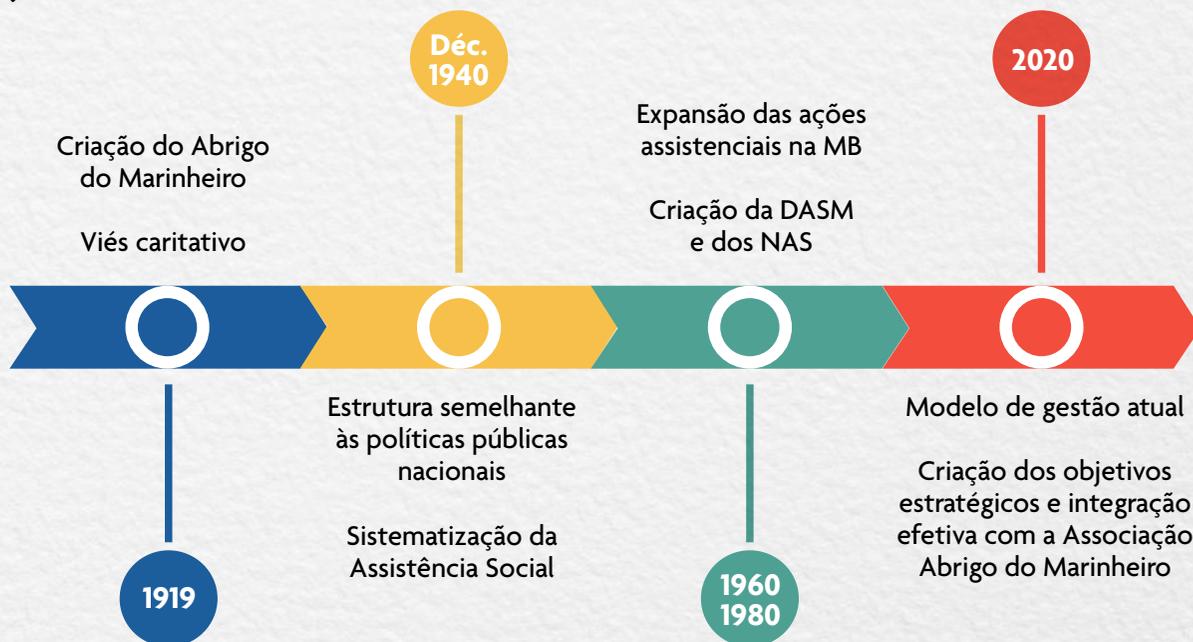
assemelha às ações sociais empreendidas no contexto após 1ª Guerra Mundial, quando se identifica o primeiro registro sistematizado de Assistência Social destinada aos integrantes da Força Naval brasileira.

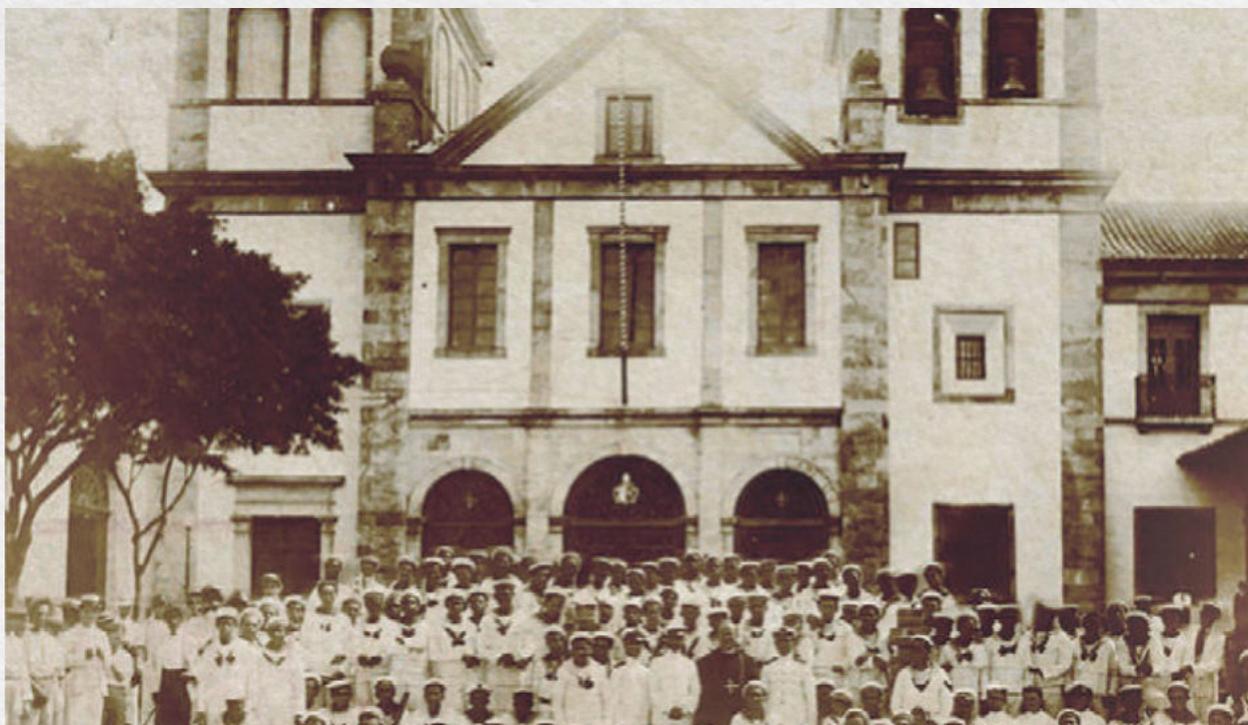
Àquela época, as ações guardavam estreita relação com iniciativas caritativas e, assim como a nação brasileira foi amadurecendo, a Assistência Social, no meio civil e na Marinha, foi se consolidando e adquirindo feições mais estruturadas como política setorial.

É a partir desse período da história que se estabelece a linha do tempo aqui apresentada, pautada em uma pesquisa exploratória, estruturada a partir de análise bibliográfica e documental de fontes da MB e da Associação Abrigo do Marinheiro (AMN).

As vulnerabilidades advindas de contextos de conflitos descortinam, inevitavelmente, mobilizações sociais como estratégias de apoio àqueles afetados direta ou indiretamente por estes conflitos. É certo que muitas iniciativas, voltadas à proteção social das tropas, podem ter ocorrido ao longo dos primeiros anos da independência e da estruturação da Força Naval brasileira. No entanto, os primeiros registros sistematizados de assistência, como um conjunto de medidas integradas, datam do início do século 20, a saber, em 1919, com a criação do Abrigo do Marinheiro (Moreira, Souza e Santos, 2019).

### Trajetória da Assistência Social





**Abade do Mosteiro de São Bento, Dom Pedro Eggerath, junto a oficiais fundadores da AMN e marinheiros atendidos na missa que marcou o nascimento do Abrigo, realizada no Mosteiro de São Bento, em 1919**

Fonte: Revista Âncora Social nº 12

À época, a participação da MB na 1ª Guerra Mundial foi impactada pela epidemia da gripe espanhola, evidenciando contextos adversos e incitando a união de esforços institucionais e da sociedade civil, especialmente sob o viés religioso e caritativo, para apoiar militares e suas famílias em situação de vulnerabilidade.

O Abrigo passou por processos de desativação e reativação, assim como a estrutura organizacional responsável pela Assistência Social na MB, adequando-se às requisições sociais de cada período de sua história, como será mostrado no decorrer desse levantamento histórico.

### **MOBILIZAÇÃO SOCIAL E AÇÕES INSTITUCIONALIZADAS NA SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A partir dos anos 30 e 40, sob o contexto da 2ª Guerra Mundial, nota-se uma redefinição do papel do Estado brasileiro e começam a emergir iniciativas das políticas sociais no País. Especialmente na década de 40, destaca-se a criação da primeira rede institucionalizada de assistência social, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), instaurando no cenário público o debate da questão social como objeto de intervenção

estatal. A LBA foi implantada sob o comando da primeira-dama Darcy Vargas, esposa do então Presidente Getúlio Vargas, sublinhando tanto o protagonismo feminino quanto a simbiose de ações voluntárias e institucionais no contexto da Assistência Social.

Tal simbiose se alinhava em função da complexidade da questão social e vai circunscrever as ações da Assistência Social no transcurso de toda sua trajetória, seja no cenário público ou no âmbito das forças militares. Em especial na MB, identificamos, em 1945, uma ação voluntária, também protagonizada por mulheres, esposas e filhas de oficiais da Marinha, com objetivo de doar enxovais de bebê às famílias de praças por ocasião do Natal. Essa ação, denominada Obra do Berço, assim como tantas outras iniciativas de caráter voluntário, foram se reestruturando e se adequando ao contexto sócio-histórico, perdurando até os dias de hoje.

No âmbito institucional, ainda na década de 40, foi criada, na Marinha, a Diretoria do Pessoal da Armada (DPA), com a finalidade de oficializar ações sociais junto ao pessoal militar, com o Serviço de Assistência Social da Armada (SASA) e a Assistência Médico-Social da Armada (AMSA) compondo seu organograma

(MINISTÉRIO DA MARINHA, 1946). Posteriormente, em 1953, foi estabelecido no regulamento da então Diretoria do Pessoal da Marinha (DPM), como uma de suas atribuições, a provisão da assistência social ao pessoal da Marinha (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1953).

Cabe registrar que, desde as primeiras ações estabelecidas na estrutura organizacional da Marinha, a Assistência Social foi concebida a partir da necessidade de minimizar problemas sociais e garantir o pronto emprego da tropa, preconizando ações no âmbito jurídico, de apoio à saúde e dificuldades financeiras.

Observa-se, ainda, que, apesar da coexistência de movimentos voluntários e institucionais com objetivo de prestar assistência aos militares e suas famílias, as ações ainda se operacionalizavam de forma estanque e independente. Argumenta-se que essa relação, apesar de colaborar significativamente para o atendimento das demandas sociais, desperdiça o grande potencial dessas ações, por não estarem coordenadas sob um viés estratégico, incremento na gestão social que só será identificado posteriormente, a partir do século 21.

### **EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS AÇÕES SOCIAIS NA MARINHA**

No período entre meados da década de 60 e o final da década de 80, foram observadas relevantes transformações no papel da Assisten-

cia Social na Marinha. Marco significativo foi a criação, em 1968, da Diretoria de Assistência Social da Marinha (DASM), sob o comando de um Almirante (MINISTÉRIO DA MARINHA, 1970). Tal fato demonstra a dimensão ocupada pelas ações assistenciais nesse período, caracterizado, principalmente, pela expansão e consolidação da Assistência Social em semelhança à estrutura de execução descentralizada que se apresenta hoje, denotando a direção que se seguiria no transcurso dessa história.

Em 1972, foi proposta a criação dos Núcleos de Assistência Social (NAS), inicialmente idealizados para execução de atividades nos Distritos Navais, fora da sede, enquanto na área do 1º Distrito Naval as atividades permaneceriam sob a responsabilidade de execução da DASM. Essa estrutura contava com equipe multidisciplinar, com profissionais das áreas de Direito e Serviço Social.

Nota-se que, apesar da direção que se pretendia para a Assistência Social na Marinha estar delineada desde a década de 60, alguns processos internos de reestruturação foram necessários para aperfeiçoar o sistema idealizado. Assim, em 1977, a DASM foi extinta e substituída pelo Serviço de Assistência Social da Marinha (SASM) até 1996, quando foi reativada (Moreira, Souza e Santos, 2019).

Vale destacar que, até o início da década de 80, os NAS eram compostos por assistentes sociais civis, fato alterado apenas em 1981, com a



**Atendimento psicológico no Serviço de Assistência Social da Marinha (SASM)**

criação do Quadro Auxiliar Feminino de Oficiais, que possibilitou a incorporação dos primeiros profissionais militares desta área.

A partir da década de 90 novas modalidades de intervenção começaram a protagonizar as políticas sociais, principalmente em função da Constituição Federal de 1988, que viabilizou a positivação de direitos e, conseqüentemente, demandou a estruturação de medidas adequadas ao atendimento das demandas advindas das diversas expressões da questão social.

Na Marinha, em conformidade ao estabelecido na gestão estatal, novas estratégias de intervenção ditaram o contorno da Assistência Social em meados da década de 90, com a reativação da DASM e criação do Núcleo de Serviço de Assistência Integrada ao Pessoal da Marinha (N-SAIPM), com projeto piloto na área do Comando em Chefe da Esquadra, no Rio de Janeiro, que aperfeiçoava a estrutura inicialmente estabelecida nos NAS, incorporando pessoal técnico especializado nas áreas de Serviço Social, Direito, Psicologia e Psiquiatria, além da Assistência Religiosa. Na mesma época, registra-se a reativação do Abrigo do Marinheiro, revestido de uma linguagem empresarial na perspectiva de atuação do terceiro setor.

Nesse momento, inaugura-se uma nova fase da Assistência Social, iluminando o caminho para o estabelecimento do Sistema de Assistência Social da Marinha (SiASM), bem como de um modelo de gestão estratégico que, a partir do século 21, foi se aperfeiçoando e se consolidando.

### ASSISTÊNCIA SOCIAL DA MARINHA DO BRASIL NO SÉCULO 21

O SiASM, hoje, composto por profissionais de Serviço Social, Psicologia e Direito, é formado em nível gerencial pela DASM e, em nível de execução, pelos Órgãos de Execução do Serviço de Assistência Social ao Pessoal da Marinha (OES), distribuídos em todo território nacional, atuando na prevenção e atendimento de demandas socioassistenciais que podem se constituir em ameaças ao pronto emprego da tropa (BRASIL, 2020a).

No contexto contemporâneo, o SiASM comporta a provisão de serviços, programas, pro-



Programa de Apoio Socioeconômico  
Foto: Marinha do Brasil



Programa de Atuação do Assistente Social na Saúde  
Foto: Marinha do Brasil

### Atividade da Assistência Social a bordo do Navio Patrulha "Macau", no Comando do 3º Distrito Naval

jetos e benefícios sociais à Família Naval, público-alvo da Assistência Social composto por militares e servidores civis, ativos e veteranos, seus dependentes e pensionistas.

Nota-se que o intercâmbio entre o público e privado permanece alinhavando a Assistência Social destinada à Família Naval, só que sob



Usuário da Família Naval atendido pelo Programa Especial - Pessoa com deficiência (PAE)

Acompanhando as transformações sociais no contexto do Brasil independente, as políticas sociais foram se construindo, se reestruturando e se consolidando ao longo dos anos. Como argumentado, os contextos de conflitos instigaram o surgimento de ações socioassistenciais que foram sendo aperfeiçoadas, integrando tanto políticas institucionais estruturadas pela Força, quanto iniciativas do meio civil, que complementam e integram uma rede de apoio técnica, estratégica e consistente para cuidar da Família Naval, nosso maior patrimônio. ■

uma perspectiva estratégica, especialmente a partir da elaboração do Plano de Assistência Social da Marinha, em 2020, promovendo a unidade de direção e a integração das atividades socioassistenciais destinadas à promoção da qualidade de vida da Família Naval. Nesse sentido, o Abrigo do Marinheiro e o trabalho voluntário destinado à Família Naval passam a integrar um modelo complementar em uma rede integrada de apoio ao pessoal (BRASIL, 2020b).

A partir de objetivos estratégicos, a Assistência Social da Marinha ocorre, no contexto contemporâneo, sob três vertentes: prevenção, proteção social e assessoria técnica, contribuindo para operacionalidade da tropa e qualidade de vida da Família Naval.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resgate histórico da Assistência Social nos 200 anos da Independência do Brasil possibilitou a identificação de marcos temporais que denotam a transição de um modelo assistencialista - viés caritativo impregnado nas primeiras ações assistenciais destinadas à Família Naval - para um modelo de gestão baseado em objetivos estratégicos alinhados a documentos estratégicos da Força, sem nunca descuidar da proteção de seu pessoal.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha. Normas sobre Assistência Social na Marinha do Brasil – DGPM-501. 7ª Rev. Rio de Janeiro: DGPM, 2020a.

\_\_\_\_\_. Diretoria de Assistência Social da Marinha. Plano de Assistência Social da Marinha - PASM. Rio de Janeiro: DASM, 2020b.

MARINHA DO BRASIL. Obra do Berço Completa 62 anos de Solidariedade. Revista Âncora Social, Brasília - Ano 1- nº 1, p.58, dezembro, 2008.

MINISTÉRIO DA MARINHA. Aviso nº 1454, de 15 de julho de 1946. Cria a Diretoria do Pessoal da Armada. Brasília, 1946.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 32.742, de 07 de maio de 1953.

Aprova o regulamento para Diretoria de Pessoal da Marinha. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-32742-7-maio-1953-330010-publicacao-original-1-pe.html>. Acesso em 30MAR 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 66.071, de 14 de janeiro de 1970.

Aprova o regulamento para Diretoria de Assistência Social da Marinha. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66071-14-janeiro-1970-407568-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MOREIRA, Nadia Xavier; SOUZA, Nasciara Nascimento; SANTOS, Amanda Nascimento Lougon. Assistência Social na Marinha do Brasil: trajetória da proteção social à família naval. In: CELESTINO, Sabrina (org.). Políticas Públicas e Forças Militares. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

\* Capitão de Corveta (T), Encarregada da Divisão de Planejamento e Gestão do Departamento de Assistência Social da DASM.